



Correspondência ao Autor

¹ Felipe Viero K. Machado Mendonça

E-mail: felipeviero@gmail.com

Universidade Federal de Ouro Preto

Ouro Preto, MG, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/6367822290797323>

Submetido: 09 abr. 2020

Aceito: 15 jul. 2020

Publicado: 21 jul. 2020

[doi> 10.20396/riesup.v7i0.8659104](https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8659104)

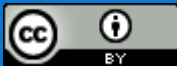
e-location: e021027

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Gênero e Sexualidades no Contexto da Universidade Pública: Estudo de Caso do Projeto Vidas - UFOP

Felipe Viero K. Machado Mendonça¹  <https://orcid.org/0000-0002-8051-126X>

Margareth Diniz²  <https://orcid.org/0000-0001-6852-5389>

Marta Regina Maia³  <http://orcid.org/0000-0002-0580-2147>

^{1,2,3} Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO

Considerando a universidade como um espaço de interação social e reconhecimento das diferenças, esse trabalho tem como objetivo apresentar e refletir sobre o alcance de um projeto extensionista denominado “Vidas: gênero, diversidade e sexualidades”, desenvolvido na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desde 2018. Com uma perspectiva teórica baseada nos estudos pós estruturalistas, na performatividade de gênero (Butler, 2002, 2012) e na Teoria Queer, utilizamos o procedimento metodológico de estudo de caso, que analisa como a existência de projetos (e ações) dessa natureza na universidade pode contribuir para a redução da violência e o reconhecimento da existência da diferença de gênero e de sexualidade no interior da instituição e na região dos Inconfidentes. Os resultados da análise indicam que projetos desse tipo, de caráter multidisciplinar e crítico, assim como políticas institucionais adotadas por universidades, como é o caso da UFOP, contribuem para processos de inclusão e diversidade tão necessários na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Projeto de extensão vidas. Gênero e sexualidade. Universidade pública.

Gender and Sexualities in the Context of the Public University: A Case Study of Projeto Vidas - UFOP

ABSTRACT

Considering the university as a space for social interaction and recognition of differences, this work aims to present and reflect on the scope of an extension project called “Lives: gender, diversity and sexualities”, developed at the Federal University of Ouro Preto (UFOP) since 2018. With a theoretical perspective based on post-structuralist studies, gender performativity (Butler, 2002, 2012) and Queer Theory, we use the methodological case study procedure, which analyzes how the existence of projects (and actions) of this nature at the university can contribute to the reduction of violence and the recognition of the existence of gender and sexuality differences within the institution and in the region of the Inconfidentes. The results of the analysis indicate that projects of this type, of a multidisciplinary and critical nature, as well as institutional policies adopted by universities, such as UFOP, contribute to inclusion and diversity processes that are so necessary today.

KEYWORDS

Vidas extension project. Gender and sexualities. Public university.

Género y Sexualidades en el Contexto de la Universidad Pública: Un Estudio de Caso de Projeto Vidas - UFOP

RESUMEN

Considerando la universidad como un espacio para la interacción social y el reconocimiento de las diferencias, este trabajo tiene como objetivo presentar y reflexionar sobre el alcance de un proyecto de extensión llamado "Vidas: género, diversidad y sexualidades", desarrollado en la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP) desde 2018. Con una perspectiva teórica basada en estudios postestructuralistas, performatividad de género (Butler, 2002, 2012) y Queer Theory, utilizamos el procedimiento de estudio de caso, que analiza cómo la existencia de proyectos (y acciones) de esta naturaleza en la universidad puede contribuir a la reducción de la violencia y al reconocimiento de la existencia de diferencias de género y sexualidad dentro de la institución y en la región de los Inconfidentes. Los resultados del análisis indican que los proyectos de este tipo, de naturaleza multidisciplinaria y crítica, así como las políticas institucionales adoptadas por las universidades, como UFOP, contribuyen a los procesos de inclusión y diversidad que son tan necesarios hoy en día.

PALABRAS CLAVE

Proyecto de extensión vidas. Género y sexualidades. Universidad pública.

Introdução

Compreendendo a importância da universidade como espaço de reconhecimento das diferenças e da promoção das condições de inserção crítica dos sujeitos que estão envolvidos em sua esfera cotidiana, e considerando-a uma instituição educacional central no processo de interação social, não podemos nos furtar ao enfrentamento de questões fundamentais para que a universidade apareça como um lugar central de transformação sociopolíticocultural do país.

Ao situar essa instituição em espaço privilegiado no interior da sociedade, reivindicamos seu caráter plural e diversificado, capaz de abrigar atividades que ultrapassam o território da sala de aula, visto que não coadunamos com a perspectiva tecnicista de mera reprodução do saber. Sabemos que a universidade, na atualidade, reflete as disputas de sentido sobre seu caráter e suas finalidades. Confirmamos então nossa intenção de exemplificar, por intermédio de um estudo de caso, esse espaço da experimentação e da reflexão crítica e cidadã.

Nesse sentido, criamos o projeto intitulado “Vidas: Gênero, Diversidade e Sexualidades”, a partir do Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC/UFOP - 2018), lançado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - Prace - da UFOP. Esse projeto, vigente há três anos¹, tem como objetivo propor reflexões e ações no sentido de reconhecer a existência da diferença de gênero e sexualidades no interior da Universidade Federal de Ouro Preto e na região dos Inconfidentes. Além do projeto, a política de inclusão e diversidade da UFOP, aprovada no Conselho Superior (setembro de 2019), busca contemplar temas relacionados à interseccionalidade entre gênero e sexualidade, raça e etnia, bem como contemplar as pessoas com deficiência já inseridas na Universidade.

Mas por que Projeto “Vidas”? Em sua obra “A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola”, o professor e pesquisador Marco Antônio Torres (um dos membros do Projeto) argumenta que as histórias de vida estão fortemente relacionadas às maneiras de expressão das sexualidades. “Existe, portanto, uma singularidade da experiência sexual, que não pode ser desprezada. Cada pessoa tem o direito de reproduzir e elaborar de modos diferentes a compreensão da sexualidade que desenvolveu durante sua história” (2010, p. 7). Abordar a sexualidade, portanto, é um desafio tanto para pesquisadores/as quanto para profissionais da educação, ampliando as discussões sobre preconceito e discriminação na sociedade e na escola para além de manifestações isoladas de violência. A reflexão sobre as diversas orientações sexuais pode contribuir para que repensemos a sexualidade a partir das questões do presente e do cotidiano, bem como de teorias que nos sintonizem com os desafios do presente e que possa nos comprometer com a construção de uma sociedade que reconheça o direito à diferença, para além da ideia de tolerância. Na discussão sobre sexualidades há

¹ Achamos pertinente citar, além dos/as pesquisadores/as que assinam esse artigo, todas, todos e todes envolvidos com o projeto nesse período: Dayane do C. Barretos, Regina C. da Cruz, Helena Mollo, Marco A. Tôrres, Júlia Lery, Ludmila Camilloto, Fernando R. Paniago de Oliveira, Glayce Kelly F. Melo, Vitória Salomão Santos, João Paulo da Silva, Eduarda Garcia, Gabriel Figueiredo, Suzane Pinheiro, Maria Luiza R. Sousa e Vítório Damasceno.

presente um desejo de transformar as relações de poder presentes na sociedade heteronormativa (WARNER, 1991), que desconhece as múltiplas facetas da expressão humana e impõe padrões binários daquilo que se espera do “ser homem” e do “ser mulher”.

Ao longo da última década na UFOP, um grupo de docentes e discentes comprometidos com as discussões em torno da diversidade, diferença e inclusão vem inserindo, de forma contundente, temas, discussões, disciplinas nos currículos, performances em vários momentos, pesquisas e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, produção de livros e artigos, além de projetos de extensão, que provocam a instituição e seu profundo silenciamento em torno de questões sobre violência de gênero e sexualidade, raça e etnia, bem como da inclusão de pessoas com deficiência. Também os/as estudantes e suas diferenças passaram a se organizar em coletivos e denunciar/visibilizar as violências que sofriam e sofrem no interior das repúblicas, salas de aula, instituição e cidades que abrigam a Universidade.

Antes de detalhar um pouco mais o nosso objeto de estudo, vale trazer algumas experiências em nossas respectivas áreas de atuação. A autora Margareth Diniz atua em dois programas de pós-graduação na UFOP, o Mestrado em Educação e o do Direito: Novos sujeitos, novos direitos. No primeiro, participa da linha “desigualdades, diversidades, diferenças e práticas educativas inclusivas” e, no segundo, complementa as discussões já realizadas no campo da Educação, por meio do grupo de pesquisa Caleidoscópio, em que se destaca o seu olhar para as questões singulares do sujeito em relação às questões identitárias defendidas pelos movimentos sociais. Também coordenou o Projeto Sou Mais Juventude (2011 – 2017) como catalizador de uma tentativa de instituir políticas de juventude na UFOP para o acolhimento das diferenças.

A autora Marta Regina Maia, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, já coordenou projetos de extensão sobre leitura crítica da mídia com crianças e adolescentes na cidade de Mariana (na perspectiva da diversidade de pautas), participou do Grupo de Trabalho ligado à Comissão da Verdade de Minas Gerais, que investigou o período da ditadura na região dos Inconfidentes e tem se voltado para as discussões sobre as narrativas de si e dos outros nas pesquisas dos últimos anos, tendo sido a primeira coordenadora do Projeto Vidas, em 2018. Participa do Grupo de Pesquisa Ponto: Afetos, gêneros e narrativas (UFOP).

O autor Felipe Viero, também do PPGCOM UFOP (além de professor do Curso de Jornalismo), tem se notabilizado pelas pesquisas e estudos relacionados aos gêneros/masculinidades e sexualidades/homossexualidade, além de produções acadêmicas voltadas para essas questões. Desenvolve, atualmente, projeto de pesquisa intitulado “Quais vidas realmente importam em Westeros? Gêneros e Sexualidades em As Crônicas de Gelo e Fogo e em Game of Thrones”. Também participa do Grupo de Pesquisa Ponto: Afetos, gêneros e narrativas (UFOP) e do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência (UFMG).

A partir de nossas experiências, discussões e escritas nos perguntamos o que orienta o projeto “Vidas”? Podemos destacar a questão conceitual como um dos tópicos que percorremos ao longo dos anos procurando esclarecer, dar suporte e informar a comunidade acadêmica sobre temas considerados espinhosos e por isso silenciados. O conceito de diversidade tem sido muito utilizado nos diversos contextos, mas trata-se de um termo com múltiplas significações. O termo diversidade tende a incluir tudo, de forma genérica não se delineando como uma categoria ou conceito. Talvez pudéssemos pensar se ao usá-lo em tantas e diversas situações não haveria aí uma tentativa de homogeneização da diferença. A questão é: como lidar com o sujeito que sempre apresenta uma diferença, sem, no entanto, reduzi-lo à uma determinada categoria? Dessa forma, temos construído certo acordo de que o termo diversidade será referido quando se tratar das identidades forjadas em prol da construção de políticas públicas. Já a diferença aponta para a subjetividade pela via da constituição psíquica, portanto inconsciente. A diferença é exatamente essa possibilidade de se perceber como sujeito singular, legitimando inclusive a singularidade do outro – dizemos aqui de sujeitos atravessados pela falta e pelo desejo, sujeitos da diferença, a qual se conjuga pela singularidade (DINIZ, 2017).

No presente artigo, temos como objetivo problematizar o lugar da universidade como instituição ativa e reflexiva sobre as sexualidades, os gêneros e a diversidade. Como procedimento metodológico, acusamos então o uso do estudo de caso desse projeto na Universidade Federal de Ouro Preto, indicando a observação participante como componente fundamental nesse processo, já que somos participantes ativos (coordenadores/as) desse movimento e nossa problematização começa na própria escrita do projeto, em que questionamos a universidade como lugar de diversidade, mas também de reprodução de valores conservadores, como analisaremos no próximo tópico.

Lugar da Universidade no Século XXI

A crítica ao papel da universidade na formação profissional e na sua relação com a sociedade não é nova. Anísio Teixeira a formulou quando da discussão da primeira Reforma da Universidade no Brasil, apontando a chegada desta com um atraso na vida brasileira e que não seria possível fazer qualquer reformulação sem a mudança do saber que ela iria produzir e transmitir. Ou seja, Teixeira estava ciente de que a universidade precisava conversar com a sociedade, em especial com a escola, *locus* de formação do cidadão republicano.

Retardou-se a Nação, até o primeiro quartel do século XX, para iniciar-se no esforço de transformar o ensino superior no processo de tomada de consciência da cultura nacional, em formação. E de aquisição de novos métodos de pensar e de saber – somente em 1922 tivemos o primeiro esboço de universidade – fundados na ciência experimental, para a solução dos problemas de desenvolvimento. A nova ciência já não era uma ciência de especulação ou de exegese e interpretação do conhecimento existente no passado, mas ciência criadora e extraordinariamente fecunda, em concepções tecnológicas, para a solução dos problemas materiais relacionados com o poder e o enriquecimento humano – este era o projeto que o Brasil tinha, no primeiro quartel do século XX. O novo ensino era um ensino de descobertas, a exigir uma atitude de espírito e métodos de trabalho intelectual radicalmente diverso dos que dominavam no passado. (TEIXEIRA, 1998, p. 98).

A universidade brasileira e sua contribuição para a sociedade foram temas bastante debatidos desde a metade do século passado e aqueles que se debruçaram sobre a questão apontaram a necessidade da construção de sistemas laicos e públicos, seja na educação básica, seja no ensino superior, e que possam romper com modelos tradicionais de ensino direcionados às elites (DINIZ, JARDILINO, 2019). Anísio Teixeira, que pensou a Universidade como instituição formadora da cultura nacional, aliou-se a muitos outros que pensaram a universidade como interlocutora da cultura, que, por conseguinte, deveria ser gestada no seio da formação dos cidadãos numa “escola comum, pública, laica, gratuita e obrigatória para todos os cidadãos” (TEIXEIRA, 1988, p. 97). Para Teixeira, a universidade estaria em constante diálogo com a sociedade, mas o rumo que a universidade no Brasil tomou, encastelando-se em seus conhecimentos, olhou a sociedade de fora. A partir desse olhar externo, com a implementação e consolidação da pós-graduação no Brasil, a universidade acaba por buscar ler a sociedade por intermédio das pesquisas, embaladas pelas novas metodologias das ciências sociais, em especial a pesquisa-ação.

Foi a partir dos anos 1990, animada pela crítica histórica realizada ao modelo de universidade e a reconquista da democracia, após um longo período de silêncio, que as pesquisas se aproximam de problemas reais da sociedade visando a construção de novos saberes. São várias as abordagens metodológicas que permitem essa guinada, sobretudo, nas áreas das ciências humanas. Também se faz necessário destacar as lutas dos movimentos sociais nos anos 1990 que forjaram a necessidade da universidade rever e repensar sua forma de atuação junto à sociedade. As novas juventudes que conseguiram ter acesso ao ensino superior passaram a reivindicar essa maior aproximação com temas ligados à diversidade humana e sua complexidade não permitindo mais a segregação e exclusão desses corpos: negros/as, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres não-heteromativas, trans e outros grupos considerados “minorias” (DINIZ, 2019). Nosso projeto “Vidas” insere-se nesse contexto, pois consideramos que a redução dos estereótipos e violências em nossa sociedade também passa pela atuação desse espaço de formação de novos profissionais e pesquisadores.

Como uma das instituições centrais na formação da juventude brasileira, a universidade precisa ser tensionada em suas funções. Nesse sentido, reconhecemos que esse espaço educacional deve favorecer o aprendizado crítico e autônomo. Isso significa que o ensino, a pesquisa e a extensão devem favorecer o processo de (re)construção do conhecimento. Os aspectos técnicos em associação com os aspectos sociopolíticoculturais podem propiciar as bases para a formação cidadã, tão necessária em tempos adversos.

Como esse lugar é localizado espaço e temporalmente, é preciso registrar que a expansão do ensino superior por intermédio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) contribuiu, decididamente, para a inclusão de parcela da população antes alijada desta possibilidade de formação (FERNANDES; OLIVEIRA, 2019). O Programa, que começou em 2002, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Haddad como Ministro da Educação, aumentou o número de vagas nos cursos de graduação, com duas entradas ao ano, com cursos noturnos e interiorização das instituições federais. Foram criadas 14 novas Universidades e 100 novos campi em todo país. Outra ação que deve

ser mencionada é a Lei Federal de Cotas, implementada em 2013, que contribuiu para a diversificação do público universitário, visto que indicava 50% das vagas ofertadas por universidades públicas para cotas sociais e raciais. O número de matrículas de estudantes negros e pardos nas universidades públicas no Brasil, em 2018, passou a representar 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública, segundo a pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, publicada pelo IBGE².

Essa ampliação, entretanto, não significa que as universidades brasileiras estejam desvinculadas dos interesses de mercado que grassam as instituições do sistema capitalista e sua política neoliberal. Entretanto, estamos refletindo sobre uma universidade pública que, de alguma maneira, consegue fomentar projetos e atividades de ações afirmativas em seu cotidiano. É o que veremos a seguir.

Projeto Vidas em Perspectiva Multidisciplinar

Partimos do pressuposto que a forma de organização e estruturação das instituições de ensino ainda tem como base os saberes disciplinados de maneira quase que impermeável, isolando ao máximo cada área do conhecimento. A partir desse diagnóstico, compreendemos que urge a implementação de projetos multidisciplinares que exponham a complexidade dos conteúdos e experiências que envolvem, em especial, as ciências humanas, sociais e aplicadas.

O caráter multidisciplinar do projeto evidencia a amplitude de conceitos e ações necessárias para a concretização de propostas e ações no interior da Universidade e na região dos Inconfidentes, além de propor a reflexão sobre quais mecanismos podem ser acionados para o combate ao preconceito, a desinformação e a violência que essas questões levantam, bem como forjar um lugar singular para cada sujeito e sua diferença.

Faremos então um pequeno histórico dos dois anos do Projeto “Vidas”. A primeira roda de conversa promovida pelo Projeto aconteceu no dia 19 de junho de 2018, no Auditório do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFOP). O encontro contou com a participação de Duda Salabert, primeira travesti a disputar uma vaga no Senado e Fredd Amorim, integrante do grupo “A Coletiva Diversidade” e componente do projeto “Queerlombo”. Estudantes de vários cursos e comunidade em geral, puderam ouvir exemplos de luta de pessoas travestis e transgêneras para superar conservadorismos e garantir o direito básico de viver com dignidade e serem tratadas como elas se percebem. Em um país marcado pela violência contra a comunidade, travestis e transexuais são obrigadas a conviver diariamente com a exclusão, sendo colocadas para fora da possibilidade de disputa nos espaços sociais.

² Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 4 abr. 2020.

A segunda roda de conversa do Projeto ocorreu no dia 15 de agosto de 2018, e trouxe como convidado especial o advogado, ativista, doutor em Relações Internacionais pela USP e professor de Direito da UNIFESP, Renan Quinalha. O encontro teve como mote o marco dos 40 anos de luta do movimento LGBT no Brasil. Quinalha, que também organizou o dossiê sobre os 40 anos do movimento LBGT no Brasil, publicado na edição 235 da Revista *Cult*, fez um panorama sobre as conquistas LGBTs nas últimas décadas. O pesquisador pontuou o fato de alguns direitos serem, de certo modo, ambíguos, já que provocam uma reação conservadora em certas camadas da sociedade. Além disso, Renan Quinalha criticou o legislativo brasileiro, muito “conservador” e falou da patrulha moral dentro das escolas e universidades, que não permitem discutir questões como gênero e sexualidade, resumindo tudo na denominação genérica de ideologia de gênero.

A outra atividade contemplou a discussão sobre a violência que as mulheres sofrem cotidianamente na sociedade. Conseguimos organizar essa Roda de conversa em parceria com o Projeto Ariadnes (PIDIC/UFOP) no dia 31 de outubro de 2018, no Auditório do ICOSA, na qual buscamos descortinar as situações de desigualdade de gênero e de opressão às manifestações sexuais, que também nos colocam em situações de constrangimento no interior da própria instituição, e, ainda, como forma de romper com as estruturas burocráticas, ao trazermos à tona a noção dos “corpos que importam”, como nomeia Judith Butler (2002, p. 36).

A quarta Roda de Conversa aconteceu no dia 26 de novembro de 2018, no Auditório do ICOSA. Essa atividade teve como tema “Perspectivas pós-eleitorais para o segmento LGBTQIA+” e trouxe como convidado o professor Luiz Morando. Licenciado em Letras pela UFMG e professor no UNI-BH, além de ex-voluntário no Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA-MG), realiza pesquisas sobre memória e sociabilidade LGBTQIA+ em Belo Horizonte.

As outras ações do Projeto tiveram como objetivos realizar um amplo diagnóstico sobre os grupos de apoio existentes na Universidade e na região; ampliar o espaço para relatos das histórias de vida dos sujeitos por intermédio da produção e veiculação na Webrádio Plural de programas de rádio com depoimentos variados sobre o tema; além da participação com dois artigos no III Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero, participação na mesa sobre gêneros e diversidade no III Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero e a produção e apresentação do trabalho no Encontro dos Saberes – Mostra PIDIC, em novembro de 2018.

Em 2019, no dia 20 de março, ocorreu a roda de conversa "Violência contra mulheres", ministrada pela Profa. Dra. Margareth Diniz, e "Violência contra LGBTQS", ministrada pelo Prof. Dr. Felipe Viero. A mediação foi realizada pela Profa. Dra. Marta Maia. No dia 28 de maio foi realizada a roda de conversa "Vamos falar sobre masculinidades?". O convidado foi o Prof. Dr. Carlos Mendonça, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, que aborda, em suas pesquisas, questões de gênero e de sexualidade. Dentre variados aspectos, a discussão incluiu a percepção do caráter plural e

abrangente da noção de masculinidade, o modo como ela se constitui, em um cenário patriarcal, como arena de disputas materiais e simbólicas e, ainda, sobre como tanto homens quanto mulheres, cotidianamente, a ela se reportam (KOLINSKI MACHADO, 2018).

No dia 18 de junho, mediada pela Profa. Ma. Dayane Barretos (UFOP), pesquisadora da área de gênero/sexualidade, aconteceu a roda de conversa "Pelo direito de ser: questões trans em pauta" Os convidados foram a Profa. Ma. Ludmilla Camilloto, pesquisadora que estuda a presença de pessoas trans na universidade e, em específico, as dificuldades enfrentadas pelos/as estudantes trans da UFOP. No dia 14 de agosto a roda de conversa "Temas transversais: problematizando gêneros e gerações" contou com a mediação do Prof. Dr. Felipe Viero e com a participação da Profa. Dra. Karina Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFOP e pesquisadora da área de gênero, geração e sexualidade. Esta mesa, de modo mais específico, apontou as relações entre gênero e infância, temas que fazem parte das pesquisas desenvolvidas pela convidada, dando a ver a necessidade de se pensar a constituição identitária dos sujeitos a partir de instâncias que são interseccionais. No dia 5 de setembro aconteceu a roda "Lesbianidades: entre o visível e o invisível", que contou com a presença da Ma. Dayane Barretos (UFMG) e da graduanda em jornalismo e membro do Coletivo Colares, Vanessa Fávero (UFOP). Neste evento, as debatedoras abordaram questões a respeito da heteronormatividade e a legitimação do direito ao corpo feminino.

No dia 25 de outubro, na roda de conversa "Gênero, Raça e Sexualidades: Interseccionalidades", os convidados foram a estudante de pedagogia (UFOP) Lorrynne Andrade, que faz parte do Coletivo Negro Braima Mané, e o Prof. Dr. Pablo Moreno Fernandes, do departamento de Comunicação Social da UFMG e pesquisador de questões relacionadas às identidades étnico-raciais, que debateram as interdições impostas aos negros e negras em um país marcado por fortes traços racistas. No dia 26 de novembro houve a última roda de conversa do semestre. O tema, denominado "O corpo político", contou com os seguintes convidados: os/as estudantes com necessidades educativas especiais Cíntia Soares (jornalismo), Thales Lopes (artes cênicas) e Cleyfane Moraes (administração). Eles/as problematizaram a ausência de políticas públicas mais efetivas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais no processo de ensino, ao mesmo tempo que ressaltaram a potência política desses corpos no contexto da universidade.

Convém destacar, ainda, que para cada uma das rodas de conversa ocorridas em 2019 foi produzido, pelos/pelas bolsistas, um podcast, trazendo as principais discussões de cada momento, disponibilizando-as, portanto, para aqueles/aquelas que não puderam estar presentes. Os podcasts foram veiculados na página do projeto, no Facebook³ (seguida por cerca de 800 pessoas). Ao longo de 2019, ainda, as/os bolsistas participaram, com apresentação de trabalho acerca do projeto, do Encontro dos Saberes – Mostra PIDIC, em novembro de 2019. Outra questão que merece ser pontuada refere-se ao envolvimento das

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/projetovidasufop/> Acesso em: 4 mar. 2020.

peessoas que participaram das atividades do Projeto. A escolha pelo formato “Roda de conversa” mostrou-se acertada, na medida em que as pessoas também puderam expor suas histórias de maneira pública, sendo acolhidas por todas, todos e todes presentes às mesas.

De maneira abreviada, consideramos importante registrar alguns depoimentos dos/as estudantes presentes às atividades (em especial, dos próprios bolsistas e voluntários envolvidos). A bolsista do curso de Serviço Social, Glayce Kelly Fieno Melo afirmou que “o projeto, além de contribuir sobre a compreensão e informação de gênero, da diversidade e das sexualidades, também promoveu, de variadas formas, informações e atividades que contribuíram para o combate sobre violações de direitos, estimulou o enfrentamento e o fortalecimento coletivo, por meio de debates, palestras, que procurou alcançar diversas pessoas, através dos próprios sujeitos, com falas e histórias de vida que pautam a luta, resistência e vivência dos mesmos” (DEPOIMENTO, Relatório Projeto Vidas, 2018). Outro relato, da bolsista Vitória Salomão, do curso de História, reforça a importância da universidade nessa discussão: “entendemos, portanto, a universidade como um dos principais ambientes de incentivo aos debates desse caráter, que influenciam a representatividade e emancipação dos sujeitos que nela convivem, como também a afirmação da importância desse tema dentro da comunidade que vivemos (região dos Inconfidentes), pois reconhecemos a educação como um ponto central no desenvolvimento das interações sociais, necessitando dessa forma tocar em questões fundamentais para que o processo educativo seja um ponto natural de transformação política e social no país” (DEPOIMENTO, Relatório Projeto Vidas, 2018).

Perspectivas Conceituais do Projeto

Importante refletir sobre as perspectivas conceituais que nos orientam, afinal, discutir questões sobre gênero e sexualidades na UFOP se justifica em função de estarmos em uma universidade ainda conservadora, heterossexista, machista e homofóbica em vários contextos e situações observadas por nós e nossos/as alunos/as ao longo da última década. Além disso, a conjuntura fascista brasileira atual e a conjuntura latino-americana, com fortes ondas retrógradas, segregadoras e conservadoras, nos exige esse posicionamento pró-discussão de gênero e sexualidade, o que provoca um deslocamento teórico-metodológico em nossas pesquisas e produções. Ao refletir sobre o fascismo, Umberto Eco (2018) lembra que existem modos de pensar e de sentir, hábitos culturais e uma nebulosa de instintos obscuros que perduram. O fascismo, para Eco (2018), seria um regime ditatorial que subordinaria atos individuais ao Estado, o qual seria marcado pela debilidade filosófica de sua ideologia e que, ao invés de possuir uma “essência”, seria mais uma colagem de ideias (não raras vezes contraditórias), correspondendo a um totalitarismo *fuzzy* fortemente calcado a alguns arquétipos (ECO, 2018). É a partir desse lugar que Eco (2018) sugere a expressão “fascismo eterno” com o intuito de dar conta de uma nebulosa fascista que, segundo o autor, estaria sempre ao nosso redor. Para ele, pois, compreender o modo como tal regime tende a se manifestar em trajes civis e democráticos e desmascará-lo seria uma ação fundamental. E, acrescentamos, fazer isso também é um dos papéis a serem desempenhados pela universidade pública.

Hoje, podemos afirmar que a discussão desse tipo de tema é um grande desafio para nós pesquisadores/as, bem como para todos/as os/as educadores/as que se deparam cotidianamente com situações de embaraço em torno das sexualidades, de suas nomeações e classificações, bem como as rupturas de padrões heteronormativos que perpassam nossas narrativas de gênero, normalmente invisibilizadas. É cabível, pois, acionar algumas perspectivas teórico/políticas as quais nos filiamos.

Tal qual sugere a pesquisadora Guacira Lopes Louro (2008), as cotidianas frases “é uma menina” ou “é um menino”, proferidas muitas vezes antes mesmo do nascimento do indivíduo, não são enunciados meramente descritivos. Ao recuperar a obra de Austin, Judith Butler (2012, p. 168) sugere que se perceba na nomeação do sexo “um ato de dominação e de coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos segundo os princípios da diferença sexual”. Por trás da questão “é um menino ou é uma menina?”, “esconde-se um sistema diferenciado que fixa a ordem empírica tornando o corpo inteligível graças à fragmentação ou dissecação dos órgãos” (PRECIADO, 2014, p. 128). A tecnologia sexual, então, seria uma mesa de operações abstrata a qual delimitaria determinadas zonas corporais como sendo reprodutivas e sexuais (pênis e vagina) ao passo que negaria a outras, como a boca ou o ânus, essa condição. As declarações “é uma menina” ou “é um menino” instauram um processo que, supostamente, deveria ter um rumo definido. Tais frases, mais do que dizer, fazem dos corpos que nomeiam masculinos e femininos, conferindo a determinadas características biológicas o poder de gerar diferenças. “O ato de nomear o corpo acontece no interior de uma lógica que supõe o sexo como um “dato” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário” (LOURO, 2008, p. 17). Postas dessa maneira, as diferenças entre homens e mulheres seriam dadas desde o nascimento, via enquadramento de sujeitos em duas categorias completamente distintas e estáveis, baseadas então em fatos físicos que seriam inquestionáveis, os quais delimitariam os espaços permitidos (e interditados) aos corpos. A identidade sexual, entretanto, apesar de vender-se como tal, não consiste “na expressão instintiva da verdade pré-discursiva da carne”, mas, ao invés disso, em “um efeito de reinscrição das práticas de gêneros nos corpos” (PRECIADO, 2014, p. 29). Macho/Fêmea e Masculino/Feminino seriam, pois, categorias que dissimulariam o fato de que as diferenças sociais implicariam uma ordem econômica, política e ideológica. Preciado (2014) sugerirá que o sexo seja pensado como uma tecnologia de dominação heterossexual, a qual agiria ao reduzir o corpo a determinadas e convenientes zonas erógenas tendo sempre em vista uma assimetria de poder entre os gêneros masculino e feminino. Butler (1993; 2012) lembrará que o sexo não pode ser tomado como uma descrição estável daquilo que alguém é, mas, ao invés disso, como uma norma pela qual esse alguém é tornado viável e adquire inteligibilidade cultural (KOLINSKI MACHADO, 2018).

Judith Butler, em 1990, ao publicar *Gender Trouble*, parte do pressuposto de que, tal qual o gênero, o sexo também é uma construção cultural. Butler não se limitou então a radicalizar uma perspectiva antiessencialista, mas, mais do que isso, partindo de uma reconsideração sobre a oposição entre natureza e cultura, ela teria recusado a habitual

transposição disso para o sistema sexo/gênero. Longe de serem substâncias permanentes, portanto, tais categorias teriam a sua coerência e relação estabelecida a fim de garantir a manutenção daquilo que Adrienne Rich (2010) definiu como “heterossexualidade compulsória”. “Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a natureza sexuada ou um sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo” (BUTLER, 2012, p. 25). Tomando, então, o gênero como um contínuo fazer, como um devir e uma atividade, Butler (2012, p. 48) dirá que ele se mostra “performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é”, consistindo em uma repetição que se dá no corpo, dentro de um quadro regulado e controlado, e que, ao longo do tempo, adquiriria a aparência de uma naturalidade. Sendo a verdade interna do gênero uma fabricação, e, por conseguinte, sendo o gênero uma fantasia que é replicada nos corpos, ele não pode ser nem verdadeiro e nem falso, mas sim produzido como um efeito de verdade. (KOLINSKI MACHADO, 2018).

As ações e atividades desenvolvidas por nós nesse projeto têm sido amplamente cotejadas à perspectiva da Teoria Queer, a qual vem sendo incorporada à cultura e às práticas da sociedade brasileira, questionando os dispositivos da biopolítica que disciplinam e controlam corpos e desejos, causando sofrimento a quem ousa ser diferente. Essa discussão nos leva a buscar novas propostas e novos olhares para a sociedade e, em especial, para a educação, desconstruindo formas estáticas de uma impossível hegemonia identitária, lidar com o diferente, na perspectiva de também se transformar e se colocar em questão: eis a provocação Queer para uma sociedade e uma educação que estigmatizam e segregam a diferença. O que se propõe “é o desejo que resiste às imposições culturais dominantes [...] Ao invés de punir vigiar ou controlar aqueles e aquelas que rompem as normas que buscam enquadrá-los, o educador e a educadora podem se inspirar nessas expressões de dissidência para o próprio educar” (MISKOLCI, 2012, p. 63).

As experiências desenvolvidas pelo Projeto evidenciaram a necessidade da desconstrução da performatividade de gênero que perpetua a heteronormatividade, a compreensão de que precisamos romper a dicotomia que implica polos de masculinidade e feminilidade incluindo grupos e sujeitos que não se enquadram aos moldes hegemônicos, como acontece com sujeitos transexuais. Ainda vivemos em uma sociedade que tenta tornar o discurso heterossexual (homem e mulher) como hegemônicos. Mas os movimentos sociais e as vidas reais dos sujeitos os/as colocam em posição de interrogar esse dito modelo hegemônico. É preciso registrar que atualmente, o movimento social LGBTQIA+ é composto por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, pansexuais, queer, intersex, assexuais e + (o sinal + representa qualquer sujeito que não se sinta incluído em nenhuma das categorias anteriores). As nossas ações e discussões atestam que os movimentos sociais da população LGBTQIA+ buscam, primordialmente, a garantia de visibilidade, dignidade e igualdade, diante de um corpo social ainda muito marcado, em especial no Brasil, pela discriminação e preconceito face à diversidade sexual e de gênero.

Outro aspecto trabalhado em nosso projeto refere-se ao termo “trans”, visto que diversos estudiosos e militantes têm apontado que ele serve para designar tanto transexuais quanto travestis, o que preservaria, pois, a verdade política e histórica de cada grupo. Como exemplo, podemos citar a Transgeneridade: compreendida como fenômeno sociológico de transgressão do dispositivo binário de gênero ou o fenômeno pelo qual um sujeito se identifica com gênero distinto ao que lhe fora atribuído em seu nascimento em função de seu sexo biológico. Desta maneira, consideramos transgêneros, ou trans, os sujeitos que se reconhecem em identidades gênero-divergentes ou transidentidades. Nos servimos aqui da pesquisa de mestrado realizada por Ludmilla Camilloto defendida no programa de Pós-graduação em Direito, intitulada “Transgeneridade e direito de ser: relação entre o reconhecimento de si e o reconhecimento jurídico de novos sujeitos de direitos”, defendida em março de 2019. O que a pesquisa visa interrogar é: como transitam os corpos dos sujeitos transgêneros para além dos discursos binários próprios da heteronormatividade e de acordo com a sua subjetividade?

A palavra travesti, no Brasil, denota uma série de vocábulos como boneca, mona, bicha, traveco etc., tendo ganhado força no movimento LGBTQIA+. Algumas travestis não se sentem contempladas pelo prefixo “trans”, pois compreendem que o movimento social ao qual pertencem foi construído por militantes brasileiras e é anterior à causa de transexuais e de transgêneros. A transexualidade diz respeito a um fenômeno complexo, em que o sujeito vive um intenso sofrimento de não se sentir adequado ao sexo anatômico. As construções sociais atribuídas ao corpo físico, dentro de um discurso hegemônico, desembocam numa incoerência entre o sexo e o gênero, de modo que o sujeito transexual é colocado à margem, como algo inconcebível. Sobre o tema, Butler assevera que "certos tipos de identidade de gênero aparecem meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se confirmam às normas de inteligibilidade cultural" (BUTLER, 2003, p. 39). Dessa forma, a autora entende que desacordos com as normas de gênero e com as expectativas de comportamento, como ocorre na transexualidade, são percebidos como experiências impossíveis, porque fogem dos padrões forçosamente naturalizados.

Conforme apresenta Torres, “a utilização desses termos sinaliza a tentativa do sujeito em acessar uma semântica para reiterar nas políticas de direitos humanos posições de grupos pró-sexualidades” (TORRES, 2012, p. 53). Dessa forma, a homogeneização dessas três nomenclaturas, transexuais, travestis e transgêneros, desconsideraria a teia independente que os grupos perseguiram em busca de significados para a própria existência (TORRES, 2012). Polêmicas que não terão fim, em função de disputas narrativas também no interior dos movimentos. O respeito e a proteção das singularidades e particularidades dos sujeitos, a pressuposição, mesmo que ampla, destes sujeitos, dentro do ordenamento jurídico, é o que vai permitir que a eles sejam atribuídos direitos e obrigações.

A tensão entre a necessidade de situar juridicamente os sujeitos no Direito e a possibilidade de eles existirem fora de estigmas e categorizações, influenciados e delimitados pelos paradigmas da modernidade, enseja a reflexão sobre quais contornos os conceitos de sujeitos podem e devem assumir para que, assim, o ente estatal não promova o desperdício das inúmeras experiências sexuais e de gênero que se manifestam no tempo e no espaço (CAMILLOTO, p. 86, 2019)

É por isso que as tensões estão sendo constantemente estabelecidas, visto que enquanto o discurso “hegemônico”, valoriza e se vale das categorias binárias de gênero (masculino/feminino ou homem/mulher) para operar política e culturalmente falando, o sujeito psíquico (com sua sexualidade) implode com os enquadramentos e não se deixa apreender facilmente. Esse é o dilema das políticas públicas: de caráter universal, não dá conta de abarcar e reconhecer a diversidade, além das duas rígidas e herméticas categorias a partir das quais estabelece seus dispositivos legais, normativos e de conduta humana.

Portanto, no dizer de Ludmilla Camilloto (2019) não existem soluções simples para as questões da igualdade e da diferença, quando se busca ampliar as perspectivas hegemônicas sobre o gênero. Que precisaremos consentir que há uma pluralidade de situações existenciais, em que são inúmeras as formas em que o sujeito se realiza pessoalmente e se apresenta socialmente. Que o gênero das pessoas é resultado da construção cultural da sociedade, não podendo haver uma divisão simplista em comportamento heterossexual em que todos devem se enquadrar entre homens e mulheres. E, por fim, ao fazermos a defesa contundente de toda essa pluralidade de seres, devemos primar pela liberação dos corpos, e combater toda forma de violência.

Ao discutir os processos interativos e as diversas formas de agenciamento dos sujeitos na contemporaneidade, Marta R. Maia (2012) argumenta sobre o grande volume de organizações que busca chamar a atenção dos sujeitos na atualidade. Entre essas organizações, podemos citar as redes midiáticas que, de certa forma, agenciam, em especial, a juventude, maior público da comunidade universitária. Percebemos então que esse tipo de projeto aciona outros mecanismos de organização, comunicação e manifestação justamente a partir dos acontecimentos que são suscitados pelos eventos realizados. Consideramos, portanto, que é possível configurar outras narrativas a partir das ações coletivas, que podem acionar, afetar e mobilizar as pessoas para o reconhecimento das diferenças. Reforçamos ainda o aspecto formativo de nossos bolsistas e voluntários, pois todos, todas e todes participaram, durante a vigência do Vidas, dos grupos de pesquisa liderados pelos/as professores/as participantes.

Temos consciência das limitações do estudo de caso, conforme nos alerta Magda Ventura ao dizer que a “mais grave parece ser a dificuldade de generalização dos resultados obtidos” (2007, p. 386), entretanto, avaliamos que as vantagens desse tipo de abordagem são numerosas, pois “estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo [...], além de permitir uma análise [...] dos processos e das relações entre eles” (p. 386). Ao trazermos essas questões para o debate, reconhecemos o caráter exploratório desse

trabalho e avaliamos que o “Vidas”, entre muitos outros projetos, ações, componentes curriculares e pesquisas podem contribuir para reduzir as violências sofridas cotidianamente por aqueles e aquelas que não seguem os padrões heteronormativos impostos por valores que hoje podem – e devem – ser questionados.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo problematizar o papel da Universidade no reconhecimento a existência da diferença de gênero e sexualidades nesse espaço. Teve ainda como proposta a reflexão sobre quais mecanismos podem ser acionados para o combate ao preconceito e a desinformação que essas questões suscitam e quais perspectivas conceituais devem ser acionadas para tais ações.

O projeto VIDAS, dentre outros dezenove aprovados no Edital PIDIC 2020, compõe a Política de Inclusão e Diversidade da UFOP aprovada em 2018 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e extensão e mostra-se muito importante para que a academia possibilite as discussões e ações sobre questões relacionadas à diversidade de forma geral e, em particular as questões de gênero e sexualidades no interior da Universidade atendendo ao caráter indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, pois nossos/as bolsistas são alunos e alunas da graduação, integram nossos grupos de estudo e pesquisa e acompanham nossas disciplinas sobre as temáticas de gênero e sexualidades de forma a adensar sua formação e atuação junto aos outros discentes. Acreditamos que a reflexão sobre projetos desse tipo pode contribuir para uma melhor compreensão sobre qual o lugar que a universidade brasileira ocupa no cenário brasileiro.

A necessidade de um pensamento insurgente e de uma nova epistemologia, além do alargamento da compreensão das políticas públicas para todos/as, tendo como norte a promoção dos direitos humanos, no sentido do reconhecimento da diversidade e da diferença em oposição às relações hierárquicas e de opressão que se relacionam de algum modo às categorizações são nosso alvo nesse Projeto.

A Universidade, mesmo após a aprovação da política de inclusão e diversidade, ainda precisa avançar em suas diretrizes nesse sentido. Nosso trabalho visa a divulgação dos princípios que conseguimos elencar na política para a população LGBTQIA+, bem como a incorporação desses princípios tanto na formação docente, de técnicos e discente dos/as sujeitos que atuam, na universidade, bem como em suas ações e práticas cotidianas, ainda muito marcadas pela violência de gênero e sexualidade como também acontece ainda em nossa sociedade.

Se atravessamos um período de instabilidade sobre o lugar ocupado pelas instituições, é preciso refletir e agir sobre as conexões que são realizadas pela comunidade universitária. Avaliamos que a universidade deve se deixar contaminar pelas questões candentes que circulam diariamente em nosso entorno, visto que ela é fundante nos modos de formação de milhares de jovens em todo país.

Presenciamos uma disputa de sentidos na atualidade. Podemos citar, entre tantos outros exemplos que poderiam ser evocados, o recolhimento, pelo governador de São Paulo, João Dória, no dia 3 de setembro de 2019, do material didático de ciências da rede paulista que, segundo ele, fazia apologia à “ideologia de gênero”. Esse material tratava, entre outros aspectos, da diversidade sexual e explicava termos como “transgênero”, “homossexual” e “bissexual”. Outro exemplo gritante é a definição da abstinência sexual como política pública para sexo seguro e prevenção da gravidez na adolescência pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela ministra Damarens Alves. Essas ações, entre outras, apontam uma saída conservadora para a educação. Rechaçamos essas concepções em curso e buscamos construir por meio de projetos, como o aqui relatado, ações e políticas no interior das instituições de ensino que avancem em concepções que reconheçam corpos dissidentes e alterem representações heteronormativas que anulam as diversidades e as diferenças.

Referências

ANDRADE, Cláudia, DINIZ, Margareth, JATOBÁ, Carla. **Projeto Sou Mais Juventude** (2011 – 2017). São Paulo: Editora Paco, 2014.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Editora Record, 2012.

CAMILLOTO, Ludmila. **Transgeneridade e direito de ser**: relação entre o reconhecimento de si e o reconhecimento jurídico de novos sujeitos de direito. Mestrado em Direito – Novos sujeitos, novos direitos. UFOP. Ouro Preto. 2019.

DINIZ, Margareth, JARDILINO, José Rubens. **Universidade e Escola Básica**: experiências de pesquisa colaborativa na formação continuada de professores/as. **Revista Acta Scientiarum Education**, 41(1), e41958. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v41i1.41958>, 2019.

DINIZ, Margareth. Pós-fácio. O direito de ser diferente no contexto da universidade pública: para além da tolerância. *In*: CAMILLOTO, Ludmila. **Transgeneridade e direito de ser**: relação entre o reconhecimento de si e o reconhecimento jurídico de novos sujeitos de direito. Mestrado em Direito – Novos sujeitos, novos direitos. UFOP. Ouro Preto. 2019, p. 310-312.

DINIZ, Margareth. **Formação docente no contexto inclusivo e intercultural**. *In*: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio, DINIZ, Margareth, SOUZA, João Valdir Alves de. **PRODOC**: 20 anos de pesquisas sobre a profissão, a formação e a condição docentes. Belo Horizonte: Editora Autêntica. E-book, 2017.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro. Record. 2018.

FERNANDES, Maria C. da Silveira Galan, OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas de expansão e inclusão na educação superior: ações institucionais, prática docente e evasão de

estudantes. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 707-735, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/fernandes-oliveira.html>. Acesso em: 3 mar 2020.

KOLINSKI MACHADO, Felipe Viero. **Homens que se veem**: masculinidades nas revistas Junior e Men's Health Portugal. Ouro Preto, MG: Editora UFOP. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MAIA, Marta R. Quando o agenciamento do sujeito acontece. In: FRANÇA, Vera e OLIVEIRA, Luciana, (Org). **Acontecimento**: reverberações, Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 321-327, 2012.

MAIA, Marta, DINIZ, Margareth, TORRES, Marco. Relatório do Projeto “Vidas: Gênero, Diversidade e Sexualidades”. Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC/UFOP - 2018). Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – Prace- UFOP.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFOP, 2012.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas Estudos gays**: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, p. 17-44, 2010.

TEIXEIRA, A. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.

TORRES, M. M. Direito fundamental à diferença. **Revista Eletrônica do CEAF**. Porto Alegre: v. 1, n. 2, p. 1-23, 2012.

TORRES, Marco A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Política de inclusão e diversidade da UFOP**. Aprovada no Conselho Superior – CUNI. Setembro de 2019.

VENTURA, Magda M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, 20(5), p. 383-386, 2007.

WARNER, Michael (editor). **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1991.